Domingo, 13 de Julho de 2025

Jean Paul Prates renuncia ao mandato para assumir Petrobras

NOVO PRESIDENTE

Agência Senado

O senador Jean Paul Prates (PT-RN) renunciou ao seu mandato que se encerraria na terça-feira (31). Indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para presidir a Petrobras, ele teve o nome confirmado nesta quinta-feira (26), por unanimidade, pelo Conselho de Administração da Estatal. O suplente do senador é o empresário Theodorico Netto.

No início da semana, Jean Paul Prates afirmou em rede social que é possível mobilizar forças do Rio de Janeiro, onde fica a sede da empresa, sem abandonar o estado que representou, o Rio Grande do Norte. Jean Paul também disse que continuará trabalhando pelo Brasil.

O mandato interino para o qual Jean Paul foi eleito na Petrobras vai até abril, quando deve ocorrer a Assembleia Geral Ordinária (AGO) para efetivar o seu nome para um mandato de dois anos. Essa escolha antecipa o trâmite normal de eleição do novo presidente, já que, pelo cronograma normal, o indicado só assumiria em abril.

Desde 4 de janeiro, o cargo era ocupado interinamente por João Henrique Rittershaussen. Ele substituiu o último indicado pelo governo anterior, Caio Paes de Andrade, que renunciou ao cargo.

Mandato

Primeiro suplente da então senadora Fátima Bezerra, Jean Paul tomou posse no Senado em 2019, após a titular assumir o mandato de governadora do Rio Grande do Norte. No Senado, Jean Paul foi líder da minoria. Também atuou como líder do PT no Congresso.

Na sua atuação na Casa, destacam-se projetos na área de energia, como o marco legal da energia do mar (PL 576/2021), para regular a titularidade e a outorga dos prismas marítimos para exploração de energia offshore;

o projeto da lei do hidrogênio (PL 725/2022), para viabilizar o uso do elemento químico como fonte energética, e o marco legal da captura e do armazenamento de carbono (PL 1.425/2022).

Ele também foi relator do projeto de lei que cria regras para estabilização dos preços de combustíveis (PL 1.472/2021). O senador já se manifestou contrário à politica de paridade de preços de importação adotada pela Petrobras em 2017. Para ele, o mercado brasileiro fica sujeito a todas as oscilações do preço internacional, como se a Petrobras fosse integralmente privada.